

A FALÁCIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: ARTIMANHAS NEOLIBERAIS E O PÂNICO MORAL PARA REGULAÇÃO DE CONDUTAS

THE FALLACY OF “GENDER IDEOLOGY”: NEOLIBERAL STRATEGIES AND MORAL PANIC FOR REGULATING CONDUCT.

Recebido em: 11/07/2023

Aceito em: 16/08/2023

Nilson Carlos Nascimento dos Santos¹ 

Elis Cristina Fiamengue² 

Resumo: Essa pesquisa objetiva analisar como as políticas públicas voltadas para a educação são impregnadas pela ideologia neoliberal, em atenção ao modo como essa ideologia engendra mecanismos de apagamento, controle e silenciamento contra a população LGBTQIAP+. A pesquisa, de cunho qualitativo, lança mão da revisão bibliográfica para desenvolver a análise que se dá a partir do golpe institucional contra a presidenta Dilma em 2016, considerando os desmontes levados a cabo pelo governo Temer (2016-2019) e o conseqüente avanço de políticas neoliberais de viés neoconservador e neofascista que seguem orquestrando ofensivas a essa parcela da população no intuito de retirar-lhe direitos humanos e em última instância, o direito à vida. A escola, enquanto microespaço de poder, é um celeiro de ideologias e se insere no espaço de disputa das políticas públicas voltadas para a educação. Não por acaso, ao tomar posse em 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmava que “libertaria” o país de opressões, incluindo, de acordo com suas palavras, a “ideologia de gênero”. Com esse discurso estava pavimentado o caminho para o pânico moral ganhar corpo sob a falácia da “ideologia de gênero”, narrativa imaginária, que já vinha sendo articulada desde o primeiro semestre de 2014 por segmentos religiosos ultraconservadores, de forma conveniente a seus interesses, que se empenharam arduamente no processo de banimento das temáticas gênero, sexualidade, diversidade de gênero nas escolas e dos planos de educação, tanto da esfera estadual quanto municipal. Conclui-se que o objetivo foi e continua sendo, portanto, despertar o pânico moral, instituindo o medo na população e ocultando os reais motivos dessas ofensivas: refutar os estudos de gênero e deslegitimar as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+ e o movimento feminista, negando-lhes visibilidade e direitos humanos. Nos respaldam nessa discussão os seguintes autores, cujos estudos abarcam políticas públicas educacionais, as questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar e pânicos morais: SOUZA (2012), COHEN (2002), MISKOLCI (2018), FRIGOTTO (2017), ANTUNES, (1999) entre outros.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Ideologia de Gênero; Pânico Moral.

Abstract: This research aims to analyze how public policies aimed at education are impregnated by neoliberal ideology, focusing on how this ideology engenders mechanisms of erasure, control, and silencing against the LGBTQIAP+ population. The qualitative research employs a literature review to develop the analysis, which begins with the institutional coup against President Dilma in 2016, considering the dismantling carried out by the Temer government (2016-2019), and the consequent advancement of neoliberal policies with a neoconservative and neofascist bias that continue to orchestrate offensives against this segment of the population in order to deprive them of human rights and ultimately, the right to life. The school, as a microcosm of power, is a breeding ground for ideologies and is embedded in the space of contention of public policies related to education. Not coincidentally, upon taking office in 2019, President Jair Bolsonaro stated that he would "liberate" the country from oppressions, including, according to his words, "gender ideology." With this discourse, the stage was set for

¹ Mestrando do programa Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz – BA. E-mail: nascime2@hotmail.com

² Doutora em Sociologia, Professora Adjunta de Dep. de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – BA. E-mail: eliscf@gmail.com

moral panic to gain momentum under the fallacy of "gender ideology," an imaginary narrative that had already been articulated since the first semester of 2014 by ultraconservative religious segments, conveniently aligned with their interests, who worked diligently to banish gender issues, sexuality, and gender diversity from schools and education plans at both the state and municipal levels. It is concluded that the objective was and continues to be to awaken moral panic, instilling fear in the population and concealing the real motives behind these offensives: to refute gender studies and delegitimize public policies aimed at the LGBTQIAP+ population and the feminist movement, denying them visibility and human rights. The following authors support this discussion, whose studies encompass educational public policies, gender and sexuality issues in the school context, and moral panics: SOUZA (2012), COHEN (2002), MISKOLCI (2018), FRIGOTTO (2017), ANTUNES (1999), among others.

Keyword: Educational Public Policies; Gender Ideology; Moral Panic.

INTRODUÇÃO

O golpe de estado contra a presidenta Dilma Rousseff, deflagrado em 2016, orquestrado por grupos organizados e todo um aparato da direita, pelas oligarquias e com o apoio massivo da mídia hegemônica do país, teve como principal agente, aquele que viria a ser seu sucessor ilegítimo, Michel Temer. Ao iniciar sua administração, Temer desencadeia uma avalanche de retrocessos e investidas contra direitos sociais adquiridos ao longo dos treze anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder além daqueles garantidos pela Constituição Federal de 1988; implementando medidas extremas de viés neoliberal, a exemplo da proposta de emenda constitucional - PEC 241/55, conhecida como a "PEC da morte", aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016, a qual congelava investimentos, previstos na constituição, em saúde e educação por vinte anos. Medida que inviabilizou a execução do Plano Nacional de Educação (PNE).

Circunscrita ao recorte temporal descrito acima, a pesquisa se propõe a analisar as estreitas ligações entre as artimanhas neoliberais, considerando seus impactos nas políticas públicas voltadas para educação, e a representação de segmentos vinculados ao neoconservadorismo fundamentalista aliados a parlamentares da direita, que continuam se empenhando arduamente em deslegitimar e aniquilar qualquer tentativa de trazer ao debate as temáticas gênero e sexualidade no âmbito escolar, lançando mão de termo pejorativamente utilizado, deturpado da sua real concepção, tendo a escola como principal alvo da sua narrativa ideologicamente construída de forma enviesada; alicerçada na vinculação do termo à indução à homossexualidade, ao desvio de papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres, à pedofilia, à destruição de valores familiares tradicionais, à hipersexualização da criança.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, lançou mão da revisão bibliográfica, onde se buscou priorizar diversas referências bibliográficas que abarcassem o avanço do neoconservadorismo religioso, fundamentalista, sua estreita coalizão ideológica com neoliberalismo, em tecitura com as políticas públicas voltadas para educação, considerando como ambos operam e se coadunam com a finalidade última não só de banir as temáticas gênero, sexualidade, diversidade de gênero nas escolas, dos planos de educação, mas sobretudo minar as conquistas dos movimentos feminista e LGBTQIA+. Assim, a revisão bibliográfica estendeu-se a documentos oficiais, reportagens veiculadas em mídias contemporâneas, postagens em redes sociais, entre outros. A partir de análise das informações veiculadas nas referidas fontes, é possível enxergar como os discursos produzidos por ambas perspectivas – neoliberal e neoconservadora -se imbricam e se inserem nas disputas de interferência nas políticas públicas educacionais, consubstanciando-se a narrativas falaciosas que em seus desdobramentos instigam e instauram os pânicos morais.

ARTIMANHAS NEOLIBERAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Em uma tentativa de legitimar o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o então ex-vice-presidente Michel Temer imputa-lhe a culpa, argumentando ter sido a própria presidenta responsável pelo impeachment que ela viria a sofrer. Ao não aceitar a implementação do programa neoliberal intitulado “Ponte para o Futuro”, um plano econômico nefasto, arquitetado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB que suprimiu, entre outras conquistas, direitos trabalhistas adquiridos, Dilma estaria pavimentando o terreno para a materialização do plano ardiloso e antidemocrático que culminaria com a sua derrubada, fato que ficaria evidenciado a partir de um discurso proferido por Temer³. A fala dirigida a uma plateia formada por burocratas e investidores na cidade de Nova York, em 2016, incluiria o seguinte excerto “Como isso não deu certo, (Dilma ter se recusado a aceitar a agenda neoliberal proposta) não houve a adoção, **instaurou-se um processo** que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República”. (Grifo nosso). O processo a que se refere Michel Temer trata-se da efetivação do golpe de Estado para depor a presidenta Dilma, o qual já vinha

³ Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. Carta Capital. 23.09.2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/> Acesso em 28 Dez. 2022

sendo articulado desde 2014 com o apoio do empresariado brasileiro, da bancada ruralista e da bancada evangélica.

O programa neoliberal proposto pelo PMDB (partido de Temer) e pela Fundação Ulysses Guimarães, o “Ponte para o Futuro”, acabou sendo lançado em 29 de outubro de 2015, um programa desastroso que “começava com a flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com a saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo.” (CARVALHO, 2018, p. 97) ou seja, o programa tinha como meta, diminuir a segurança e os direitos dos trabalhadores, impor trabalho à população idosa por mais tempo e medidas drásticas que poderiam na prática coibir direitos básicos de acesso a serviços sociais. Delineava-se, a partir dessa política de governo e da culminância do impeachment de Dilma, uma concepção de Estado que passou a prevalecer a partir de 2016, caracterizado por intervenções neoliberais, ataques aos direitos sociais e fundamentalmente por um exacerbado processo de ofensivas perpetradas pela direita, alicerçado nos mandamentos do neoliberalismo e neoconservadorismo. Com a ascensão da ultradireita ao poder, materializada com a posse de Jair Bolsonaro em 2018 à presidência da República, essa concepção de Estado assume novas configurações que, para além da continuidade dos ataques aos direitos sociais, inclui as chamadas pautas dos costumes ligadas à moralidade.

Em um artigo escrito para o site Brasil de Fato em 2019,⁴ a ex-presidenta Dilma declara que “o principal objetivo do golpe foi o enquadramento do Brasil na agenda neoliberal, que, por quatro eleições presidenciais consecutivas havia sido derrotada nas urnas”. O impeachment da presidenta foi, portanto, o meio encontrado pela direita, descontenta contra as sucessivas derrotas nas urnas desde 2002, dentro da legalidade institucional, de usurpar o poder e restaurar o neoliberalismo. Não se trata, pois, de um ato isolado. Nesse sentido, Friggotto nos lembra que

Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura. (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

⁴ ROUSSEFF, Dilma. O Golpe de 2016: a porta para o desastre. Brasil de Fato. 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff> Acesso em: 27 Dez. 2022.

Com essa fala, Frigotto evidencia a debilidade da democracia brasileira e reverbera o discurso da ex-presidenta no que diz respeito ao principal objetivo do golpe, o qual se materializa com a aceleração do ritmo de privatizações, atendendo às demandas do capital e resultando em perdas sociais para a classe trabalhadora. Para além das privatizações, no bojo de ações arbitrárias e políticas públicas de viés neoliberais que se desenhavam à época, é engendrada a Emenda do Teto de Gastos que congelava os investimentos em saúde e educação por vinte anos, a PEC 241/55, conhecida como a “PEC da morte”.

Entendendo que as políticas públicas são pensadas de acordo com os interesses sociais e políticos, estas se inserem em um contexto de contemporaneidade e estão vinculadas ao cenário econômico, assim em momentos de crise econômica, as políticas se voltam para supressão de direitos sociais, para o arrocho das massas, visando garantia do capital e o controle de condutas. Gaudêncio Frigotto corrobora com essa compreensão ao afirmar que:

[...] a sustentação dos lucros dos grandes grupos econômicos mundiais e seus sócios locais só pode ser mantida mediante a doutrina do ajuste e da austeridade que se traduz pela exploração do trabalhador, corte de direitos, difamação e desmanche do que é público e de políticas universais. (FRIGOTTO, 2017, p. 25).

No que concerne às políticas públicas educacionais, importa pensar que essas também estão sob o jugo de interesses empresariais, interferências e imposições de órgãos internacionais financeiros, a exemplo do Banco Mundial, ou programas internos como o “Todos pela Educação”, cujas reais intenções se fundamentam na formação de mão de obra que se adegue às demandas do capital com a plena convivência do Estado. Ao ironizar, pontuando que esse programa “Todos pela Educação” deveria ler-se “Todos pela educação que convém ao mercado” FRIGOTTO (2017) critica o viés político-empresarial da instituição atribuindo à mesma sua real dimensão, reconhecendo que tal programa se coaduna com a perspectiva de manutenção de hegemonia burguesa, relegando ao trabalhador brasileiro uma educação restrita, alinhada ao capital.

Os desmanches perpetrados na educação sob o governo Temer estavam vinculados a um processo político e uma ideologia de destruição sistêmica e incisiva que se deu de forma permanente com o apoio de fundações e associações empresariais. Vale ressaltar que a escola sempre esteve na mira de ataques pela extrema direita com o objetivo de controle do ensino, intervenções no currículo, controle dos corpos e de conduta. Esse objetivo se consolida à

medida que as dimensões pedagógicas, democráticas, culturais e inclusivas são fragmentadas por meio de políticas públicas reacionárias que são reforçadas, incentivadas, impostas pelo mercado e por segmentos religiosos ultraconservadores.

Na seara de desmanches do que é público se inserem as políticas públicas educacionais, e aqui nos coadunamos com SOUZA (2012) para pensar o público em suas dimensões concretas, entendendo a educação como um direito natural e sobretudo para a sua viabilização universal. Os desmontes das políticas públicas educacionais consolidadas logo após Michel Temer assumir a Presidência da República, assim como as reformas, se atrelam às exigências do capital internacional e obedecem às imposições de organismos internacionais, acirrando os conflitos que se desenhavam entre as constituições dessas políticas e a agenda econômica. Conflitos e impasses que não só vão impactar negativamente as tentativas de se inserir os debates sobre gênero e sexualidade nas pautas sociais e nas escolas, mas sobretudo contribuir para acelerar o ritmo de ofensivas e ataques contra militantes, professores, e sujeitos LGBTQUIAP+. Vale a pena ressaltar que tanto as reformas (do ensino, econômicas) quanto os desmontes das políticas públicas sociais se concretizam no desdobramento e potencialização das forças ultraconservadoras para além do contexto nacional.

O clima de conservadorismo, aliado à irresponsabilidade para com a educação no governo Temer, ficaria evidente no encontro bizarro e ao mesmo tempo simbólico entre o então ministro da Educação, Mendonça Filho e o ator pornô, Alexandre Frota⁵, em maio de 2016, para debater projetos para a pasta, segundo o ator, discutir uma política que buscasse evitar doutrinação ou assédio ideológico nas escolas, através da aprovação do Projeto de Lei Escola Sem Partido. Esse projeto tinha como finalidade última “amordaçar” professores e silenciar o debate sobre temas de cunho político assim como as discussões sobre diversidade de gênero em sala de aula, este considerado o principal inimigo das normas de moralidade que devia ser combatido pela sociedade, especificamente pela família no âmbito escolar. Fazendo uma analogia da proposta letal e absurda do Escola Sem Partido com o sentimento insano de intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo e facismo, Frigotto (2018) nos alerta para o perigo desse projeto enveredar pelos mesmos territórios do discurso de ódio pelo que manifesta e pelo que esconde.

⁵ Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e líder de protestos. G1. 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml>. Acesso em: 27 Dez. 2022

O processo de desmonte da escola pública e da precarização da educação seguiria seu curso de retrocesso no governo de Temer, através da reforma do Ensino Médio, ainda sob a tutela do ministro da Educação, Mendonça Filho, proposta em setembro de 2016 e aprovada em fevereiro do ano seguinte. Um projeto de reforma que evidenciou a fragilidade de direitos sociais garantidos pela constituição de 1988, a educação, por exemplo, direitos que podem ser inescrupulosamente manipulados de acordo com interesses articulados pelas forças do mercado. A reforma começa a se materializar com a medida provisória número 746/2016 que logo é convertida na Lei 13.415 de fevereiro de 2017, a qual institui uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com um viés reducionista e precarizado, representando um retrocesso com mudanças significativas na estrutura do Ensino Médio. A reforma propunha a redução da carga horária de componentes curriculares de formação geral do Ensino Médio, mantendo a obrigatoriedade das disciplinas, português, matemática e inglês, como língua estrangeira. Foram instituídos os chamados itinerários formativos, que retiram o direito a um processo formativo básico comum.

É relevante ressaltar que a reforma do Ensino Médio foi proposta em meio à avalanche das políticas neoliberais, entre elas, como dito anteriormente, a “PEC da morte” que limitava investimentos na educação. Nesse sentido a proposta da reforma deveria se inserir no contexto de urgência pois, de acordo com burocratas do Ministério da Educação havia a necessidade de

destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. E a educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. (MOTTA; FRIGGOTTO, 2017, p. 355).

Na área da educação, o que caracterizou o governo ilegítimo de Michel Temer foi o viés de destruição da pasta, através de constantes cortes e vetos. Os ataques e ofensivas aos direitos adquiridos no âmbito educacional, após anos de lutas e conquistas se materializaram com a privatização da educação, tanto em nível básico como superior, além de promover uma cruzada contra a educação pública de qualidade.

A FALÁCIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” “SURGE E SE INSTALA

Embora a noção de “ideologia de gênero” tenha sido cunhada em 1995 por intelectuais laicos e lideranças religiosas católicas (MISKOLCI, 2018), o termo de fato só ganha

notoriedade a partir da Conferência Episcopal da Igreja Católica realizada no Peru em 1998, onde o termo é trazido a público explicitamente no título do tema da conferência “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”. O discurso veiculado no relatório homônimo, produzido a partir da conferência, chamava atenção dos cristãos para que os mesmos atentassem contra as investidas das “feministas do gênero” que buscavam “desconstruir a família, o matrimônio, a maternidade e a própria feminilidade para que o mundo possa ser livre.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 11).

Na sua totalidade, o conteúdo discursivo do relatório é pautado por uma clara ofensiva contra conquistas e avanços dos movimentos feministas; defendendo fervorosamente a noção de que gênero se insere na concepção natural biológica e refutando a consideração de que este esteja vinculado a construções sociais. Para além da tentativa em normatizar tal discurso de abordagem biologizante do gênero, esse discurso antifeminista/antigênero, inerente ao neoconservadorismo, demoniza o feminismo, construindo-o como o inimigo da sociedade, cujo papel é destruir a família tradicional e restringir a liberdade humana (BIROLI, 2020).

No relatório em questão, a filósofa norte-americana Judith Butler (2019) é referida como a “feminista radical”, a “detratora dos valores da família”, cuja teoria de gênero, enquanto constructo social, “vaticina uma séria perda do senso comum no ser humano”. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PERU, 1998, p. 02). Nesse contexto, o entendimento de “família” e seus valores está circunscrito ao hermético arranjo tradicional heteronormativo, desconsiderando a pluralidade de outras formas de afeto presentes em novas configurações familiares.

As considerações de cunho religioso atribuídas à “ideologia de gênero”, advindas de críticos religiosos antigênero, presentes no relatório da conferência, destoam paradoxalmente daquilo que a referida autora defende. Para Butler,

O discurso de que a construção social do gênero é uma destruição deliberada da realidade estabelecida por Deus é uma interpretação que distorce o campo de estudos de gênero e a noção de construção social, com consequências nefastas. (BUTLER, 2019).

As consequências da qual fala a teórica, fundamentam-se na visão binária de gênero, uma visão maniqueísta que limita as possibilidades de ser e estar no mundo, desconsiderando a miríade de representações de sexualidade e identidades que surgem na contemporaneidade, nas

relações humanas. Desconsiderando sobretudo como a diversidade de gênero e sexualidades tem se inserido nos espaços midiáticos, suscitando debates, problematizações e representatividade.

Nessa lógica binária, enquanto sistema de gênero, só há duas possibilidades de enquadramento do que pode ser considerado “normal”, a mulher (gênero feminino) e homem (gênero masculino), uma limitação que implica sobretudo em desequilíbrio de poder, colocando a mulher em posição de subalternidade e inferioridade. Nesse sentido, faz-se necessário pontuar como as assimetrias de gênero são engendradas na estrutura neoliberal, ou o lugar de subjugação ocupado pela mulher nessa dinâmica, considerando não só “a temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho” (ANTUNES, 1999, pg. 105), mas sobretudo a divisão sexual do trabalho na perspectiva da precariedade, da perda de direitos trabalhistas e na perspectiva interseccional no que diz respeito à classe onde ela, enquanto mulher trabalhadora, vê-se obrigada a desenvolver não só sua atividade laboral no ambiente de trabalho, mas também no ambiente doméstico; assumindo seu papel de cuidadora, pré-estabelecido por essa mesma lógica binária, sendo desse modo “duplamente explorada pelo Capital” (ANTUNES, 1999, pg. 108).

Assim, conclui-se que as artimanhas neoliberais não se circunscrevem a um engendramento econômico, cujo objetivo é o esvaziamento do Estado, a privatização de estatais e serviços públicos, a diminuição de proteção social, mas trata-se de um projeto multifacetado que transcende a perspectiva econômica, se coadunando não só com a moralidade judaico-cristã e o ultraconservadorismo religioso, mas sobretudo com as estratificações sociais no sentido de perpetuar as estruturas de dominação e exploração (patriarcado, heteronormatividade). Há uma naturalização que permeia essa convergência neoliberalismo/neoconservadorismo, prometendo aos seus atores “benesses” do capitalismo neoliberal, propagando discursos falaciosos através de uma linguagem burilada que manipula a subjetividade de forma eficaz. Atílio Boron nos chama atenção para o fato de que o Capital difunde uma retórica discursiva baseada em pretensões de igualdade e inclusividade, próprias da ordem democrática, porém na prática, os mercados rejeitam essa retórica. (BORON, 2000). Os interesses mercantilistas, antagônicos a essa ordem democrática, se perpetuam na perspectiva das exclusões, do controle dos corpos e das sexualidades e da preservação de hierarquias.

As consequências para aqueles que implodem a fronteira desse binarismo, para aqueles que não comungam dessa lógica e desafiam a heteronormatividade é a desqualificação, execração, em muitos casos, a morte. As estatísticas nos mostram que o Brasil foi o país em que mais se matou pessoas trans no mundo em 2021,⁶ e nos mostram também que entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas LGBT morreram em função do preconceito e da intolerância.⁷ Estatísticas alarmantes que escancaram o tratamento violento dado aos corpos dissidentes e evidenciam a urgente necessidade de criação de políticas públicas de proteção voltadas para essa parcela da população e para políticas educacionais voltadas para gênero e sexualidade. Sobretudo urge a necessidade de trazer ao debate tais temas para se pensar em uma educação que considere a equidade de gênero e a diversidade sexual.

Ao longo dos anos, alguns acontecimentos como a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2013, que passou a reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, a proposta para distribuição nas escolas de material didático contra discriminação e homofobia, apelidado pejorativamente de “kit gay”, vetada pela presidenta Dilma, por exemplo, foram decisivos no desencadeamento de ofensivas por parte da bancada evangélica e partidos alinhados contra a suposta “ideologia de gênero”, contra o avanço de políticas públicas favoráveis à população LGBTQUIAP+,⁸ contra a discussão da temática gênero e sexualidade na educação, e às pautas feministas. No entanto, foram os debates ocorridos entre 2012 e 2014, na Câmara dos Deputados, durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE)⁹ que assumiram centralidade na perspectiva de inclusão da “ideologia de gênero e orientação sexual” nas diretrizes do documento.

Rapidamente os atores conhecidos dessa cruzada fundamentalista (setores da Igreja Católica e segmentos da bancada evangélica neopentecostal) se mobilizaram com o objetivo de impedir que os temas fossem incluídos no documento referencial. A ofensiva inquisitória contou com o apoio da extensiva campanha tática midiática lançada através da internet, onde o

⁶ Dados obtidos a partir do dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022

⁷ Dados disponíveis a partir do Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/>. Acesso em 15 dez. 2022.

⁸ A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersex, assexuais, pansexuais. O sinal positivo +, desenha outras possibilidades de gêneros e sexualidades que surgem na contemporaneidade e demandam representação.

⁹ Documento referencial que dita as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos. O documento foi aprovado como Lei 13005/2014 em 25/12/2014.

termo “ideologia de gênero” circulou nas redes sociais, através de postagens da família Bolsonaro ao menos 206 vezes desde 2014,¹⁰ instaurando o pânico moral na população. Todo o aparato mobilizado, com a finalidade última de suprimir o termo “identidade de gênero” ou simplesmente o termo gênero das diretrizes dos Planos Estaduais de Educação, conseguiu êxito. Os PNE foram aprovados sem a inclusão da “identidade de gênero e orientação sexual” nas suas diretrizes.

O termo mais uma vez ganha folêgo se inserindo na centralidade do debate público durante as eleições presidenciais de 2018, tendo como cabeça das ofensivas o então candidato da extrema-direita à presidência, Jair Bolsonaro. No discurso proferido por ele no Congresso Nacional, quando da sua posse à Presidência da República em 1º de janeiro de 2019, o excerto “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”,¹¹ evidencia a preocupação do presidente eleito em cumprir com uma das promessas feitas durante a sua campanha presidencial: acirrar a vigilância contra a “ideologia de gênero”, satisfazendo as demandas da sua base eleitoral.

A narrativa falaciosa alimentada por pautas moralistas vinculadas ao termo passou a ser utilizada ao longo dos quatro anos do governo bolsonarista, freando os avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAP+, barrando o debate sobre as questões de gênero e sexualidade nas escolas e sobretudo os estudos de gênero. Não é possível dicotomizar gênero das relações sociais, uma vez que este é “um elemento estruturante dessas relações, e discutir relações de gênero é discutir relações de poder e hierarquias na sociedade, o mesmo valendo para os debates que envolvem as diferentes orientações sexuais” (SEFFNER, 2020, p. 3).

CONSTRUÇÃO DO PÂNICO MORAL

Considerando a característica de desproporcionalidade que o termo “ideologia de gênero” tomou no processo de disseminação na mídia, aliado à narrativa construída em abstrações, é possível pensar que para que se desencadeiem os pânicos morais coletivos é necessário a criação de um inimigo público perigoso, que pode se materializar em

¹⁰ Dado disponível a partir do levantamento da **Agência Diadorim**. Disponível em <https://adiadorim.org/> Acesso em: 12 dez. 2022.

¹¹ BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 12 dez. 2022.

corporalidade, ideologia ou uma ação dissidente de normas pré-estabelecidas que estejam imbuídas de intenções nefastas, destruidoras, que façam emergir “a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas, e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p.103). A criação desse “inimigo ameaçador” se instaura necessariamente em um cenário de crise, disseminado via *mass media*, que “manipula a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa da qual é parte: o capital.” (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Considerando a subordinação da burguesia brasileira ao que Frigotto chama de “centros hegemônicos do capital” (2018, p. 20), o modelo vigente de família que se insere no contexto de “normalidade” burguesa é patriarcal, nuclear e heteronormativo, assim, toda e qualquer configuração familiar que se alije desse padrão será alvo de escrutínio. A teórica social e política, Melinda Cooper argumenta que “seria um erro pensar que o neoliberalismo está menos interessado no valor da família do que estão os conservadores.” COOPER, 2017, pg. 8-9, tradução nossa)¹². Nesse sentido, a célula *mater* da sociedade representa o ideário para o Estado-nação, afinal é na instituição familiar, inserida no âmbito do privado e permeada por relações de poder, onde o indivíduo se submete à socialização primária, sendo introjetados na construção da sua subjetividade normas, valores e verdades que atendem a uma moralidade hegemônica (BENTO, 2019). Para além de atender a essa moralidade hegemônica, que satisfaz a racionalidade neoconservadora, a família tradicional, imbuída do seu papel aglutinador na engrenagem simbiótica neoliberalismo/neoconservadorismo, “atua como uma alternativa necessária ao Estado de bem-estar social e como lastro do livre mercado”, no contexto da racionalidade neoliberal.

Desafiando essa ordem social patriarcal, as uniões estáveis homoafetivas encontram-se no cerne do pânico moral pois desestabiliza e ameaça não só o status quo, mas também o desequilíbrio de poder entre os sexos. Mikolsci (2016) corrobora com esse pensamento ao afirmar que esse pânico é “moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2016, p. 112).

¹² No original “[...] it would be a mistake to think that neoliberalism is any less invested in the value of the family than are social conservatives”.

O sociólogo e escritor sul africano, Stanley Cohen ao cunhar o termo “pânico moral”, pontua que as sociedades, vez ou outra, estão sujeitas a períodos de pânico moral e que quando este ocorre “uma condição, episódio pessoa ou grupo de pessoas emergem para se tornar definidos como **uma ameaça a valores e interesses**; sua natureza é apresentada pela *mass media* como algo **estilizado e estereotipado**” (COHEN, 2002, p. 01, grifo nosso, tradução nossa).¹³ O pânico moral vinculado ao repúdio à suposta “ideologia de gênero” e por extensão a qualquer manifestação contrária ao sistema heteropatriarcal, cristão e moralista, no que diz respeito a gênero, causa temor uma vez que essas representações são irracionalmente consideradas desviantes e ao serem reproduzidas e replicadas pela *mass media* despertam reações exageradas na população com consequências deletérias, às vezes irreversíveis, resultando em estigmas indelévelis.

Não surpreende, portanto, que a retórica do ódio intrínseca às campanhas vinculadas à suposta “ideologia de gênero”, gera debates violentos nas redes sociais, estimula ataques sexistas, homofóbicos, transfóbicos e até ameaças de morte àqueles que se opõem à narrativa enviesada do termo. No âmbito educacional as consequências podem ser devastadoras; se estendem desde a intimidação de professores que temem represálias ao abordar as temáticas gênero e sexualidade nas suas práticas pedagógicas, ao processo de controle de sexualidades dissidentes que se veem submetidas a tentativas de disciplinamento, normatização e vitimadas por uma miríade de violências. Essa apreensão por parte de professores e professoras da educação básica é real, é o que comprova o relatório “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil,¹⁴ de 77 páginas elaborado pela *Human Rights Watch* (HRW). A partir de entrevistas realizadas com educadores da educação pública, o relatório aponta:

Vinte dos professores afirmaram terem sofrido assédio por abordar gênero e sexualidade entre 2016 e 2020, inclusive por representantes eleitos e membros de sua comunidade, tanto nas redes sociais como pessoalmente, e alguns foram intimados a prestar esclarecimentos à polícia, ao Ministério Público ou secretarias de educação. Embora nenhum deles tenha sofrido punição, os procedimentos a que tiveram que responder por si só tiveram um peso em suas vidas particulares, inclusive sobre sua saúde mental. Alguns deixaram seus empregos por se sentirem assediados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022, p. 51).

¹³ No original “A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media.”

¹⁴ Relatório disponível em <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>. Acesso em: 17 dez 2022.

As informações e dados registrados nesse relatório evidenciam o clima de censura que paira sobre a educação brasileira, reflexo do terror moral disseminado pela falácia da “ideologia de gênero”, pelo movimento Escola Sem Partido e legislações que não só barram tentativas de se discutir equidade de gênero e diversidade sexual nas escolas, como também demonizam professores transformando-os em inimigos públicos.

A disseminação de desinformações que levam ao pânico moral pode ser entendida sobretudo como forma de controle de corpos e condutas daqueles considerados inimigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ventos favoráveis sopram na direção da educação, embora o Grupo de Trabalho de Educação da transição do novo governo presidencial, que toma posse no dia 1º de janeiro de 2023, esteja sendo composto por, além de gestores, professores e parlamentares, algumas fundações empresariais. O que já suscita questionamentos quanto ao processo de educação que se desenha para os próximos anos e a certeza de que interesses empresariais pautados no neoliberalismo se farão impor nas decisões legislativas. Por outro lado, nomes ligados à educação foram recentemente nomeados pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a citar: Camilo Santana como ministro da Educação Camilo e Izolda Cela como secretária Nacional da Educação Básica, ambos com um histórico de atuação positiva na educação do estado do Ceará.

A falácia da Ideologia de Gênero, uma construção enviesada que parte da premissa que os papéis tradicionais de gênero estão sendo esfacelados, que a moral da família esteja sendo corrompida, que crianças estão sendo hipersexualizadas, que a pedofilia esteja sendo incentivada, despertou na população um pânico moral. É possível reverter ondas de pânicos morais? É possível, a partir de esclarecimentos e alteridade entender a verdadeira concepção da ideologia de gênero ou esse pânico é indelével? Até quando a manutenção do *status quo*, a submissão de mulheres e meninas a lugares subalternos, o silenciamento de pautas LGBTQUIAP+, a invisibilidade dos estudos de gênero e pautas feministas vão estar envoltos numa nuvem de fumaça, materializados por uma retórica fundamentalista baseada em uma concepção destituída de teor analítico, sem fundamentos científicos, que é constantemente usada como convém a certos grupos para ganhos políticos?

Uma retórica elaborada por neoconservadores que escolhem o inimigo, o constrói com discurso de ódio e abjeção e buscam sua destruição, através da política do terror social e da política do medo.

Apostamos nesses ventos favoráveis para que seja possível uma revogação dos desmanches de todas as políticas destrutivas que sucatearam a educação pública durante esses oito anos sob a tutela de um governo de extrema direita que atacou diretamente essa área. Urge, portanto, uma reavaliação das políticas públicas educacionais impactadas diretamente por engendramentos de ordem moral, tendo como artífices grupos ultraconservadores que interferiram inescrupulosamente na elaboração do Plano Nacional de Educação, na demonização da suposta “Ideologia de Gênero”, na criminalização de profissionais da educação, na propagação do “Escola sem Partido”, no planejamento e execução da Reforma do Ensino Médio.

Para além da pauta moralista que impregna as Políticas Públicas Educacionais, urge, sobretudo a promoção do distanciamento entre os interesses dos grupos ultraconservadores fundamentalistas e aqueles dos segmentos empresariais, cujos objetivos são a mercantilização e a privatização da educação pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BENTO, Berenice. Entre o belo e o feio: o espelho de Damares Alves. Revista Cult. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-espelho-de-damares-alves/> Acesso em: 10 março 2023.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos MACHADO. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: Disputas e Retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORON, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: **Pós-Neoliberalismo II**: Que Estado para que democracia? Org. Emir Sader e Pablo Gentili. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRASIL. Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Brasília, DF, set 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em 28 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Precisamos parar o ataque à “ideologia degênero”**. Sexuality Policy Watch. 2019. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. São Paulo, Todavia, 2018.

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. Tradução: Apostolado Veritatis Splendor – C. D. T. Lima: Conferência Episcopal Peruana, 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em: 28 dez. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Org. Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

Human Rights Watch. “Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. 2022 by Human Rights Watch. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/05/brazil_lgbt0522pt_web.pdf Acesso em: 16 dez. 2022.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 101–128, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MOTTA, Verônica Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Porque a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). In: **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf> Acesso em: 28 dez. 2022.

SEFFNER, Fernando. **Sempre atrás de um buraco tem um olho**: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015010, p. 1-19, 2020.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. O Significado do Público na Oferta Educacional Estatal: Um Pressuposto na Realização do Direito / The Meaning of Public Education in the State Educational Offer: A Prerequisite to Achieve Right. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. DOI: 10.14393/REPOD-v1n1a2012-17340. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17340>. Acesso em: 28 dez. 2022.